



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

SELEÇÃO PÚBLICA nº 008/2015

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO N.º: 168474-1

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para realizar serviços de desenvolvimento de soluções integradas de pesquisa de campo, organização e sistematização, e armazenagem de informações, doravante denominado “Sistema de Informações para Auxílio à Tomada de Decisão (SIATD)”, no intuito de subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico no âmbito da intervenção proposta pela Fundação Euclides da Cunha (UFF), aprovada pela FUNASA, doravante denominada apenas “Projeto”. Trata-se da integração de soluções para coleta de dados primários (em campo) e secundários (em gabinete), utilizando-se de dispositivos móveis e fixos (*smartphones* e *tablets* e *PCs*), associadas à organização e sistematização da informação, e estruturação e gestão de banco de dados específico e único, que possa gerir, harmonizar e trabalhar dados sobre a caracterização geográfica, institucional e estatística, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e resíduos sólidos de municípios brasileiros com menos de 50.000 habitantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.

RECIBO

A Sociedade Empresária _____
CNPJ n.º _____, CPF n. (para Pessoa Física)
retirou esta Seleção Pública e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail: _____.

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO DE SELEÇÃO PELO EMAIL:

licitação@fec.uff.br PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

A **FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC DE APOIO INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, sem fins lucrativos, com sede na Rua Miguel de Frias, 123 – Parte, Icaraí, na cidade de Niterói – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.438.229/0001-09, por meio de seu Diretor Presidente, realizará **SELEÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL, modalidade mista**, que será regida pelo artigo 10, do Decreto Federal nº 8.241/2014 com vistas ao atendimento dos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade, da publicidade, da transparência, da eficiência, da competitividade, da busca permanente de qualidade e durabilidade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

1. REALIZAÇÃO DA DISPUTA ABERTA

DIA: 02/07/2015.

HORA: 10:00 horas.

LOCAL: Fundação Euclides da Cunha – FEC.

ENDEREÇO: Rua Miguel de Frias, 123/parte, Icaraí/Niterói – RJ.

1.1 Todas as referências de tempo constantes do ato convocatório, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa à seleção.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da Seleção Pública a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de desenvolvimento de soluções integradas de pesquisa de campo, organização e sistematização, e armazenagem de informações, doravante denominado “Sistema de Informações para Auxílio à Tomada de Decisão (SIATD)”, no intuito de



subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico no âmbito da intervenção proposta pela Fundação Euclides da Cunha (UFF), aprovada pela FUNASA, doravante denominada apenas “Projeto”. Trata-se da integração de soluções para coleta de dados primários (em campo) e secundários (em gabinete), utilizando-se de dispositivos móveis e fixos (*smartphones* e *tablets* e *PCs*), associadas à organização e sistematização da informação, e estruturação e gestão de banco de dados específico e único, que possa gerir, harmonizar e trabalhar dados sobre a caracterização geográfica, institucional e estatística, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e resíduos sólidos de municípios brasileiros com menos de 50.000 habitantes.

2.2. São partes integrantes da Seleção Pública e os seguintes Anexos:

| | |
|-------------------|---|
| Anexo I | Termo de Referência |
| Anexo II | Contrato |
| Anexo III | Carta de Credenciamento |
| Anexo IV | Declaração de concordância |
| Anexo V | Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor Trabalhando em Condições Perigosas, Insalubre ou Noturna. |
| Anexo VI | Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos. |
| Anexo VII | Proposta de Preço |
| Anexo VIII | Declaração de Elaboração Independente da Proposta. |
| Anexo IX | Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |

3. DO VALOR

3.1 O valor máximo global admitido para a presente contratação é de R\$ 493.600,00 (quatrocentos e noventa e três mil e seiscentos reais).



4. DA FONTE DOS RECURSOS

4.1 As despesas decorrentes da presente Seleção Pública correrão à conta dos recursos consignados do Projeto FEC nº 3575.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da Seleção todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuar no ramo pertinente ao objeto desta Seleção, que atenderem a todas as exigências contidas nesta Seleção Pública.

5.1.2. Empresas que realizarem visita técnica ao local onde serão realizados os serviços, objeto da presente Seleção Pública, em datas e horas indicadas abaixo:

Datas: 22/06/2015 e 23/06/2015.

Endereço: Rua Moacir Strauch, 85, Bairro Santa Luiza, Vitória/ES;

Local: 1º andar.

Horário: 10h00min

5.1.3. A vistoria deverá ser agendada até às 14h do dia 19/06/2015, através do e-mail licitação@fec.uff.br, indicando o nome do responsável técnico e a empresa interessada.

5.1.4. A vistoria deverá ser feita pelo responsável técnico da empresa.

5.2 Não poderão participar desta seleção:

5.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

5.2.2. Empresas que tenham sido impedidas ou suspensas temporariamente de contratar com a **FEC**.

5.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2.4. Empresas que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.5. Empresas que não contiverem em seu contrato social finalidade ou objetivo compatíveis com o objeto desta Seleção Pública.

5.2.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.3 O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado da Seleção.

5.4 A participação do interessado implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento.

5.5 É admitida a participação de empresas estrangeiras.

5.5.1 As empresas estrangeiras deverão ter, na data da sessão, representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

6. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1. Deverão ser entregues os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.



6.1.1 Os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues à Comissão de seleção, na sessão pública, conforme endereço, dia e horário especificados no Item 01 deste Edital.

6.1.2 Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

6.2 A Fundação não se responsabilizará por envelopes de “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” que não sejam entregues à Comissão de Seleção, no local, data e horário definidos nesta Seleção Pública.

7. PRÉ-QUALIFICAÇÃO

7.1 Na sessão pública de realização da Seleção, o representante do participante deverá se apresentar para pré-qualificação, junto à Comissão de Seleção, devidamente munido de documento que o credencie a participar da Seleção e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.



7.2 A pré-qualificação far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à seleção, em nome do participante.

7.3 No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa participante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

7.4 No caso de pré-qualificação por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa participante, deverá ser apresentada no momento da pré-qualificação, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhada da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, na qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.5 O participante que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, deverá comprovar a condição de pequena empresa por meio de Credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão com a apresentação de documento:

7.5.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada, ou original da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da Pequena Empresa;

7.5.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada, ou da Certidão de Breve



Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da Pequena Empresa.

7.6 Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item **7.5.2** deste artigo, nos termos da Lei complementar Federal nº 123/06, será aceita, mediante a comprovação dessa circunstância, pelo CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei.

7.7 A empresa participante da seleção deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

7.7.1 A pequena empresa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá fazê-la constar da Declaração de que trata o item **7.7** deste Edital.

7.8 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada empresa participante pré-qualificada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma Empresa pré-qualificada.

7.9 A ausência do credenciado importará a imediata exclusão do participante da sessão de lances e renúncia ao direito de manifestação de interposição de recursos.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 2

8.1. A proposta de preços deverá estar impressa em 01 (uma) via, em papel timbrado do participante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, e, ainda conter os seguintes elementos:



8.1.1 Razão social, o CNPJ, e endereço completo, o número do telefone e do fac-símile, endereço eletrônico, e-mail (se houver) bem como o número da conta corrente, o nome do banco e respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

8.1.2. Preço global em reais (R\$). Havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

8.1.3. Prazo para a execução do serviço em conformidade com aqueles fixados no Termo de Referência, Anexo I deste ato convocatório.

8.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão pública.

8.1.5. Indicação expressa de que nos preços apresentados estão inclusos todos os custos e despesas necessárias à plena execução do objeto da contratação, tais como: impostos, taxas e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes na prestação do serviço. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que no preço proposto estão incluídos todos os elementos de sua composição anteriormente mencionados.

8.1.6. Indicação expressa de que tem pleno conhecimento das condições da Seleção Pública e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que a participante tem plena ciência dessas condições, bem como das normas técnicas e legislação que tratam da matéria.

8.1.7. Não serão consideradas as propostas apresentadas por consórcios ou grupos de empresas, bem como aquelas que não obedecerem às condições do presente Instrumento Convocatório.

8.2 A proposta vencedora, para o referido **SERVIÇO**, será aquela que ofertar o **MENOR PREÇO**, após a etapa de lances.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Para habilitação na seleção pública, será exigida do interessado mais bem classificado, exclusivamente, documentação referente à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, e qualificação técnica, conforme discriminado nos itens seguintes:

9.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - registro comercial, no caso de empresa individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV - declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública.

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

VI – Os documentos apresentados para a pré-qualificação não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”.

9.3 REGULARIDADE FISCAL

I - prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

II - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.3.1 A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal, elencadas no subitem 9.3.

9.3.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora, para a devida e necessária regularização.

9.3.1.2 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3.1.3 O prazo previsto no item 9.3.1.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo participante e expressamente autorizado pela Fundação.

9.3.1.4 A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

9.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

II - Oferta de garantia que assegure a execução total do objeto pelo contratado, quando necessário, conforme previsto na minuta constante do Anexo II deste instrumento.

9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 A empresa licitante deverá apresentar no ato da habilitação pelo menos 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica que comprovem a execução de serviços semelhantes, em especial, aqueles relacionados à Tecnologia da Informação em suporte à coleta de dados em campo, agregação, armazenagem e reposição de dados e informações relacionadas.

9.5.2 Apresentação de 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitidos, preferencialmente por órgão público, que descrevam a execução de serviços similares, em valores equivalentes a, no mínimo, 50% do valor estimado para esta licitação.

9.5.3 Apresentação do ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA devidamente preenchido e assinado confirmando que os locais onde serão executados os serviços foram previamente vistoriados por representante credenciado da empresa.

9.6 DECLARAÇÕES

9.6.1 Apresentar todas as declarações contidas neste instrumento em seus anexos, Declaração de concordância, Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor Trabalhando em Condições Perigosas, Insalubre ou Noturna, Declaração de



Inexistência de Fatos Impeditivos, Declaração de Elaboração Independente da Proposta e Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte caso esteja enquadrado.

9.7 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.7.1 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pela Comissão de seleção ou por membro da equipe, no momento da análise dos documentos de habilitação.

9.7.1.2 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor da Seleção nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.7.1.3 A Fundação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o participante será inabilitado.

9.7.2 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do participante vencedor.

9.7.3 Em se tratando de participante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

9.7.4 Caso o interessado mais bem classificado não atenda às exigências de habilitação, a fundação poderá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar a documentação necessária à habilitação.

10. DA SESSÃO DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

10.1 No horário e local indicados neste instrumento será aberta a sessão da Seleção, iniciando-se com a pré-qualificação para identificação dos representantes dos interessados em participar.

10.1.2 Quando a sessão se estender por mais de um dia e o representante legal credenciado estiver impossibilitado de acompanhar o andamento dos demais atos do procedimento, outro representante poderá ser credenciado em seu lugar.

10.1.3 Ao ser credenciado outro representante legal para atuar em nome da empresa participante, conforme item anterior, automaticamente cessarão os poderes do primeiro representante credenciado.

10.1.4 A documentação para o novo credenciamento será a mesma que originou o primeiro credenciamento.

10.2 Conjuntamente com os respectivos credenciamentos, os participantes entregarão à Comissão de seleção a declaração de pleno atendimento às exigências da Seleção Pública e os envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

10.2.1 As pequenas empresas deverão entregar junto com a declaração de pleno atendimento às exigências deste instrumento, a certidão de comprovação do porte de pequena empresa.

10.3 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes na Seleção Pública.

11. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.1 Abertos os envelopes de propostas comerciais apresentados, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

11.2 A Comissão de Seleção classificará todas as propostas de acordo com os seus valores, para que seus autores participem dos lances verbais.

12. DOS LANCES VERBAIS

12.1 Aos participantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, no modo aberto, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

12.2 O início dos lances dar-se-á pelo participante que ofertou o maior preço em relação ao que apresentou o menor preço, e assim, sucessivamente, até que se proclame o vencedor.

12.2.1 O participante poderá cobrir o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será registrado em ata o menor valor apresentado pelo fornecedor na fase de lances.

12.2.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a ordem de apresentação dos lances será determinada por sorteio.

12.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado para tal, implicará a exclusão do participante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.



12.4 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.5 No início da fase de lances, a Comissão de seleção somente aceitará lances com valor mínimo de diferença no importe de R\$500,00 (quinhentos reais), com o tempo máximo de 1 minuto para sua formulação.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 A proposta vencedora, será aquela que ofertar o **MENOR PREÇO**, após a etapa de lances.

13.2 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Comissão examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

13.3 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Instrumento e que seu valor seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

13.4 Sendo aceitável a proposta de **MENOR PREÇO**, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do participante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

14. DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

14.1 Constatado o atendimento pleno às exigências deste instrumento, será declarado o proponente vencedor.

14.2 Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Comissão examinará as ofertas subsequentes, na ordem de



classificação, verificando a sua aceitabilidade, e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao instrumento, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

14.3 Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às pequenas empresas o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras.

14.3.1 A Comissão convocará a pequena empresa detentora da proposta de menor preço dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente nova proposta de valor INFERIOR ao valor da melhor oferta inicial, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

14.3.2 Realizada nova oferta de valor, nos termos do subitem anterior, a Comissão de seleção examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

14.3.3 Sendo aceitável a nova oferta de valor, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da pequena empresa que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

14.3.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo previsto neste Instrumento para a devida e necessária regularização.

14.3.5 Se houver a necessidade de abertura do prazo para a pequena empresa regularizar sua documentação fiscal, a Comissão deverá suspender a sessão e registrar em ata que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia, horário e local informados para a retomada da sessão de lances.

14.3.6 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Instrumento, a pequena empresa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

14.3.7 Se a pequena empresa não apresentar proposta comercial ou não atender às exigências de habilitação, a Comissão convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.3.8 Caso não haja pequena empresa dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de nova proposta de valor ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, a comissão adjudicará o objeto ao participante originalmente declarado vencedor.

15. NEGOCIAÇÃO E ATA

15.1 Após a aplicação do critério de desempate, se houver, a Comissão poderá ainda negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas a abaixar seu preço.

15.2 Da reunião lavrar-se-á ata, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Comissão de seleção e participantes.

16. DOS RECURSOS

16.1 Conforme Decreto 8.241/2014, a fase recursal será única, após o julgamento das propostas.

16.2 Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestarão imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.



16.3 As razões dos recursos serão apresentadas no prazo de três dias úteis, contado a partir da data de ciência do ato recorrido.

16.4 O prazo para apresentação de contrarrazões será de três dias úteis, contado imediatamente a partir do encerramento do prazo a que se refere o item 16.3.

16.5 O recurso será dirigido a quem proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de três dias úteis, o encaminhará à autoridade máxima da FEC, que terá competência para a decisão final, em até cinco dias úteis.

16.6 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

17.1 A Comissão de seleção adjudicará o objeto da Seleção ao participante vencedor, quando inexistir recurso, ou, quando existir, for por ela decidido com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

17.2 Encerrado o procedimento, o representante legal do participante que tiver apresentado a proposta vencedora e aceita será convocado para firmar o contrato, conforme minuta constante no Anexo II.

17.2.1 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação demonstradas para assinatura do Contrato.

17.2.2 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, devendo ser analisada a sua habilitação sujeitando-se o adjudicatário recusante às penalidades constantes deste instrumento convocatório.



17.2.3 Na hipótese de convocação dos participantes remanescentes, a Fundação deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este valor, aproximando-o do valor da proposta mais vantajosa, ou até mesmo superando-o.

17.3 O representante legal do participante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o Contrato, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax ou correio ou e-mail.

18. DAS SANÇÕES

18.1 A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela Contratante:

18.1.1 A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante o sujeitará ao pagamento de multa de 10% sobre o valor do Contrato.

18.1.2 O atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida pelo Contratado, permitindo a aplicação das sanções descritas na Cláusula do Contrato, conforme minuta constante do Anexo II.

18.1.3 As sanções contratualmente previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, assegurada ampla defesa à Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1 O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas nesta Seleção Pública, será firmado com o vencedor do certame, para prestação dos serviços objeto desta Seleção



e terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços pela FEC.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 O pagamento dos serviços executados será realizado até o 15º (décimo quinto) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o cronograma-físico financeiro, apresentado pela empresa vencedora da Seleção.

20.2 O pagamento dependerá da real prestação do serviço, podendo haver variação entre a quantidade efetivamente prestada e a quantidade estimada, constante das partes integrantes deste Instrumento.

20.2.1 Possíveis mudanças no escopo, conforme descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, serão avaliadas e poderão ocorrer apenas com o consentimento da **FEC** e da **CONTRATADA**, mediante termo aditivo.

20.3 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante atesto da (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s), correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

20.4 Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

20.5 O pagamento será adequado ao atendimento das metas na execução do serviço, com base no escopo descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** neste Contrato.

20.6 O pagamento será creditado em conta corrente do participante vencedor, através de ordem bancária contra qualquer instituição indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

20.7 Havendo identificação na nota (s) fiscal (s)/fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à **CONTRATADA** e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da data da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida e atestada pelo fiscal.

20.8 A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deverá (ão) mencionar o número deste Contrato e conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados.

20.9 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA** ou inadimplência contratual, inclusive.

20.9.1 A **FEC** descontará dos pagamentos devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

20.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da **FEC**, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida no subitem 20.1 até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso



20.10.1 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior competente da **FEC**, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Este Instrumento será fornecido a qualquer interessado nos sítios: www.fec.uff.br – licitações, devendo ser lido e interpretado, uma vez que após o encaminhamento da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento de suas disposições.

21.2. Fica assegurado à **FEC** o direito de, no interesse da Administração e sem que caiba às participantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.2.1. Anular, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros quando houver ilegalidade ou revogar, por interesse público, a presente Seleção, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo dando ciência aos interessados.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Seleção Pública e seus Anexos, excluir-se-á o do dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **FEC**.

21.4 Até 2 (dois) dias úteis antes da data da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos do ato convocatório.

21.5 Quaisquer esclarecimentos sobre este Instrumento deverão ser solicitados, por escrito, à Comissão de seleção da Fundação Euclides da Cunha, localizada na Rua



Miguel de Frias, 123 parte, Icaraí, Niterói/RJ e pelos telefones (21) 2109-1617, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 17:00h, ou através do e-mail: licitação@fec.uff.br.

21.6 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

21.7 Caberá à Comissão de seleção responder ao pedido de esclarecimento no prazo de vinte e quatro horas contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Instrumento ou pelo órgão jurídico, conforme o caso;

21.8 Será designada nova data para realização da sessão quando houver qualquer modificação no ato convocatório, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9 O objeto da presente Seleção poderá sofrer acréscimos ou supressões na forma do art. 29 do Decreto 8.241/2014.

21.10 A Comissão de seleção, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados.

21.11 Quando não acudirem interessados à Seleção Pública, os interessados não atenderem às condições de habilitação ou as propostas apresentadas não atenderem aos critérios de seleção, a FEC poderá contratar diretamente o fornecedor, mantidas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório inclusive o valor máximo estabelecido para a contratação.



21.12 Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão de Licitação à Rua Miguel de Frias, 123 parte, Icaraí, Niterói/RJ e pelos telefones (21) 2109-1617, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 17:00h, ou através do e-mail: licitação@fec.uff.br.

Niterói, _____ de _____ de 2015.

Professor Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas
Diretor Presidente
Fundação Euclides da Cunha – FEC



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o serviços de desenvolvimento de soluções integradas de pesquisa de campo, organização e sistematização, e armazenagem de informações, doravante denominado “Sistema de Informações para Auxílio à Tomada de Decisão (SIATD)”, no intuito de subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico no âmbito da intervenção proposta pela Fundação Euclides da Cunha (UFF), aprovada pela FUNASA, doravante denominada apenas “Projeto”. Trata-se da integração de soluções para coleta de dados primários (em campo) e secundários (em gabinete), utilizando-se de dispositivos móveis e fixos (*smartphones* e *tablets* e *PCs*), associadas à organização e sistematização da informação, e estruturação e gestão de banco de dados específico e único, que possa gerir, harmonizar e trabalhar dados sobre a caracterização geográfica, institucional e estatística, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e resíduos sólidos de municípios brasileiros com menos de 50.000 habitantes.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Tal objeto encontra apoio legal no Decreto Lei nº 8.241/2014.

3. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

3.1 O SIATD deve receber as informações advindas do levantamento de dados que será feito por meio de pesquisas em fontes primárias e secundárias, consultas e



questionários estruturados. O SIATD elaborará um banco de dados específico para o recebimento, armazenamento e tratamento dessas informações.

3.2 O Projeto abrange as seguintes áreas temáticas: Caracterização do município; Sistema de abastecimento de água; Sistema de esgotamento sanitário; Sistema de drenagem urbana; Sistema de limpeza urbana e resíduos sólidos.

3.3 A empresa contratada deve fornecer a tecnologia de *software* necessária e os respectivos serviços de manutenção e suporte de forma que pesquisadores, técnicos municipais, e outros usuários com níveis distintos de acesso, estejam seguros e familiarizados com o uso de dispositivos fixos e móveis e soluções computacionais para alimentação (*up load*) dos dados levantados na pesquisa.

3.4 Formulários eletrônicos devem ser estruturados a partir dos questionários elaborados e homologados por especialistas das áreas mencionadas no item 3.2.

3.5 Os questionários serão entregues à empresa contratada e serão os insumos para que a mesma desenvolva as versões e interfaces eletrônicas, organizados dentro das respectivas áreas temáticas e direcionados aos diferentes públicos alvo.

4. DOS PRODUTOS

4.1 As soluções tecnológicas a serem aplicadas e desenvolvidas pela empresa contratada devem resultar em produtos que abarquem todas as fases do SIATD, compreendendo: coleta no campo, captura de dados secundários, estruturação e organização de dados, limpeza, validação e armazenamento. Some-se a isso a recuperação da informação e publicação de resultados com utilização de recursos visuais interativos - *data visualization (dashboards)*- e - relatórios. Tais produtos devem ter como objetivo final o cumprimento do papel de “sala de situação”. Trata-se de um ambiente de armazenagem, processamento e gestão de dados com interfaces amigáveis, controle de permissões de acesso, relatórios de consultas e

acompanhamento e gráficos em tempo real. Os produtos devem ser estratificados em camadas de *softwares* integrados entre si com infraestrutura e serviços correspondentes.

4.2 Produto 1 - aplicativo de coleta de dados *off-line* – caracterização:

4.2.1 O aplicativo de coleta *off-line* para dispositivos móveis deve ser autônomo sob o ponto de vista de não depender de qualquer tipo de conexão à *internet* para funcionamento. Trata-se do principal recurso metodológico a ser utilizado para o levantamento de dados primários: aplicação de questionários junto aos órgãos e gestores municipais, coleta junto a órgãos de governo e/ou privados e, também, por medição e observação.

4.2.2 A aplicação de questionários *in-loco* constitui-se em um tipo de abordagem bem estabelecida e cientificamente respeitada, na medida em que permite maior comprometimento do respondente e, tratando-se de dados quantitativos e qualitativos, maior acurácia nas medições e registros.

4.2.3 Outro requisito, não menos importante, trata da persistência dos dados inseridos nos dispositivos móveis. A dimensão territorial das áreas de pesquisa de campo não permite conexão com *internet* em tempo integral. Por isto, os dados têm que ter garantias de persistência nos dispositivos de coleta.

4.3 Produto 2 - aplicativo de coleta *online*

4.3.1 Simultaneamente à aplicação em campo, o SIATD deve permitir a entrada de dados também via *Web* no mesmo destino de agregação (*database*). O sistema deverá possuir recursos para harmonizar e complementar os registros com dados secundários e com arquivos anexos complementares. As informações serão coletadas a partir de diferentes fontes para os mesmos e/ou para diferentes repositórios de armazenamento. Na prática, isto significa que o mesmo formulário em uso no

dispositivo móvel pode ser alimentado simultaneamente via *web*, por dispositivos fixos.

4.4 Produto 3 - servidor de agregação *online*:

4.4.1 O sistema deve dar conta de agregar a informação em uma estrutura unificada, segura e coesa, que permita aos gestores do SIATD e/ou do Projeto, lançar mão de forma instrumental, e pré-determinada e formatada, de qualquer parte ou fragmento do conjunto. Da mesma forma, o SIATD deve prever a oferta de atualizações remotas de formulários durante o processo de coleta de informações em campo ou gabinetes. São recursos que permitem tanto ao pesquisador de campo como ao pessoal de gabinete(s) receber remotamente novos modelos de formulários.

4.4.2 A empresa contratada deve prever o uso de serviços particulares para hospedagem e armazenamento de dados. A exportação de parte do banco de dados, ou do todo, a partir desses serviços *web*, poderá ser requerida periodicamente pelo Projeto, em formatos estruturados, para uso em ambientes (servidores) acadêmicos e/ou governamentais.

4.5 Produto 4 - aplicativo *desktop/web*

4.5.1 A empresa contratada deve desenvolver uma camada *software* aplicativo do tipo cliente. Trata-se da interface amigável para consulta e uso por parte de pesquisadores e gestores com diferentes níveis de acesso. Relatórios também devem ser geridos nesta camada de aplicação como, por exemplo, relatórios de diagnósticos por questionário aplicado, relatório por etapa do processo de produção no campo, relatórios mensais simplificados do andamento das atividades e demais relatórios específicos e programáticos;

4.5.2 O aplicativo deve fornecer acesso restrito para gestão e acompanhamento dos dados coletados - consultas, recuperação, e atualização – com

controle de registros individuais ou em grupos indexados e documentos. O aplicativo deve rodar em ambientes tradicionais *Windows* e *MacOS*, considerando também a compatibilidade com os atuais navegadores *web* e *tablets*. O acesso deverá ser restrito a um número limitado de usuários simultâneos e com diferentes níveis de acesso.

4.5.3 Outra função do aplicativo deverá atender à necessidade de complementação posterior dos dados, tanto aqueles capturados *in-loco* como os trabalhados em gabinete. Trata-se da recuperação e complementação de registros.

4.6 Produto 5 - site “sala de situação”

4.6.1 Complementando a camada de *software* aplicativo, a empresa contratada deverá montar e manter durante o projeto um *Web Site* com o objetivo de publicação, em tempo real, dos resultados do trabalho de campo. O *site*, de acesso restrito, deve possuir os seguintes componentes: Totalizadores e indicadores na forma de gráficos e *dashboards* interativos; Plotagem georreferenciada em mapas dos dados e informações coletadas por município e UF; Perfis de profissionais e equipes, cronogramas, e documentos gerais referentes ao Projeto, além da publicação de relatórios parciais e finais das etapas de campo do andamento das atividades.

5. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1 A empresa contratada, além da tarefa de codificação e implementação dos questionários na forma eletrônica para utilização por pesquisadores e técnicos de campo e gabinete, deverá executar as seguintes atividades integradas:

5.1.1 Integração dos dados capturados, a partir de fontes primárias, com os dados das pesquisas em fontes secundárias oficiais;

5.1.2 Modelagem de base de dados e definição de plataformas e interfaces segundo estruturas de linguagens de programação e repositório de dados;



5.1.3 Tratamento e sequenciamento de formulários e questões a serem aplicados com uso de dispositivos fixos e móveis independentes, autônomos e sincronizados;

5.1.4 Aplicação de interfaces gráficas para acompanhamento do trabalho de coleta e dos resultados obtidos, com diferentes níveis de acesso por diferentes usuários;

5.1.5 Extração de dados brutos e arquivos de tabulação com vistas à análise estatística por terceiros, estruturação e composição de relatórios e outras destinações;

5.1.6 Utilizar recursos para geração de dados de localização georreferenciada dos dados coletados em campo;

5.1.7 Utilizar recursos de auditoria de duração das aplicações e dos intervalos de uso dos questionários em campo, bem como dos materiais relacionados ao suporte por meio da plataforma web;

5.1.8 Previsão de protótipos e execução de adequações e/ou atualizações de formulários e interfaces em uso;

5.1.9 Treinamento e suporte aos pesquisadores de campo e pessoal técnico de gabinete;

5.1.10 Documentação dos processos e sistemas.

6. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogada a critério da FEC,

mantendo-se os valores contratados originariamente, mediante termo aditivo, até o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7. DA FONTE DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrente da presente Seleção Pública, correrão à conta dos recursos consignados do Projeto FEC nº 3575.

8. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

| ID | Produtos/ Serviços | 5 meses | 2 meses | 5 meses |
|----|---|--------------------|----------------------|---------------------|
| 1 | Produto 1, 2, 3, 4, 5 Desenvolvimento da solução | 50% (10% / mês) | | |
| 2 | Implementação, manutenção e suporte para UF piloto | | 25% (12,4% / mês) | |
| 3 | Implementação, manutenção e suporte por UF adicional | | | 25% (5% por mês) |

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar os serviços indicados neste Termo de Referência.

9.2. Além de cumprir rigorosamente as obrigações constantes na Seleção Pública nº 008/2015 FEC, caberão à contratada as seguintes obrigações:

- a) Comunicar a **FEC** por escrito, de forma detalhada, qualquer eventualidade ou ocorrência que prejudique ou atrase o fornecimento dos serviços.
- b) Respeitar os prazos acordados com a **FEC**.



- c) No preço do serviço já deverão estar incluídos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidem sobre o mesmo, assim como frete e seguro.

10. OBRIGAÇÕES DA FEC

10.1. Notificar à **CONTRATADA** por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega do bem para o serviço, fixando prazo para sua correção.

10.2. Proceder à aplicação das sanções contratuais e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do Instrumento.

10.3. Verificar a regularidade da situação fiscal da contratada, antes de efetuar o pagamento devido.

10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

10.5. Recusar o serviço, que for apresentado fora da especificação.

10.6. A inadimplência por parte da contratada, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento a **FEC**, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **FEC**.

10.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da FEC deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO II

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC E A EMPRESA (_____), DECORRENTE DA SELEÇÃO PÚBLICA 008/2015/FEC E DO PROCESSO Nº 168474-1.

A **FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC**, Instituição Privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.438.229/0001-09, com sede na Rua Miguel de Frias, 123 - Parte, Icaraí – Niterói/RJ, doravante denominada **FEC**, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Professor Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 81364278-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 300.757.937-68, residente e domiciliado na Rua Geógrafo Amora, nº. 501. Piratininga – Niterói/RJ, CEP: 24.350-590, nomeado pela Portaria nº 52.977, de 15 de dezembro de 2014, do Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense - UFF, publicada no Diário Oficial da União nº 246 de 19 de dezembro de 2014, Seção II, e de outro lado à empresa (_____), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por (_____) domiciliado à Rua (_____), resolvem celebrar o presente Contrato nos termos constantes do Processo FEC nº 168474-1, referente à Seleção Pública nº 008/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de serviços de desenvolvimento de soluções integradas de pesquisa de campo, organização e



sistematização, e armazenagem de informações, doravante denominado “Sistema de Informações para Auxílio à Tomada de Decisão (SIATD)”, no intuito de subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico no âmbito da intervenção proposta pela Fundação Euclides da Cunha (UFF), aprovada pela FUNASA, doravante denominada apenas “Projeto”. Trata-se da integração de soluções para coleta de dados primários (em campo) e secundários (em gabinete), utilizando-se de dispositivos móveis e fixos (*smartphones* e *tablets* e *PCs*), associadas à organização e sistematização da informação, e estruturação e gestão de banco de dados específico e único, que possa gerir, harmonizar e trabalhar dados sobre a caracterização geográfica, institucional e estatística, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e resíduos sólidos de municípios brasileiros com menos de 50.000 habitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1 Constituem partes integrantes deste Contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Instrumento Convocatório de Seleção Pública FEC nº 008/2015;
- b) Proposta de Preços;
- d) Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

3.1 O SIATD deve receber as informações advindas do levantamento de dados que será feito por meio de pesquisas em fontes primárias e secundárias, consultas e questionários estruturados. O SIATD elaborará um banco de dados específico para o recebimento, armazenamento e tratamento dessas informações.

3.2 O Projeto abrange as seguintes áreas temáticas: Caracterização do município; Sistema de abastecimento de água; Sistema de esgotamento sanitário; Sistema de drenagem urbana; Sistema de limpeza urbana e resíduos sólidos.

3.3 A empresa contratada deve fornecer a tecnologia de *software* necessária e os respectivos serviços de manutenção e suporte de forma que pesquisadores, técnicos municipais, e outros usuários com níveis distintos de acesso, estejam seguros e familiarizados com o uso de dispositivos fixos e móveis e soluções computacionais para alimentação (*up load*) dos dados levantados na pesquisa.

3.4 Formulários eletrônicos devem ser estruturados a partir dos questionários elaborados e homologados por especialistas das áreas mencionadas no item 3.2.

3.5 Os questionários serão entregues à empresa contratada e serão os insumos para que a mesma desenvolva as versões e interfaces eletrônicas, organizados dentro das respectivas áreas temáticas e direcionados aos diferentes públicos alvo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRODUTOS

4.1 As soluções tecnológicas a serem aplicadas e desenvolvidas pela empresa contratada devem resultar em produtos que abarquem todas as fases do SIATD, compreendendo: coleta no campo, captura de dados secundários, estruturação e organização de dados, limpeza, validação e armazenamento. Some-se a isso a recuperação da informação e publicação de resultados com utilização de recursos visuais interativos - *data visualization (dashboards)* - e relatórios. Tais produtos devem ter como objetivo final o cumprimento do papel de “sala de situação”. Trata-se de um ambiente de armazenagem, processamento e gestão de dados com interfaces amigáveis, controle de permissões de acesso, relatórios de consultas e acompanhamento e gráficos em tempo real. Os produtos devem ser estratificados em camadas de *softwares* integrados entre si com infraestrutura e serviços correspondentes.

4.2 Produto 1 - aplicativo de coleta de dados *off-line* – caracterização:

4.2.1 O aplicativo de coleta *off-line* para dispositivos móveis deve ser autônomo sob o ponto de vista de não depender de qualquer tipo de conexão à *internet* para funcionamento. Trata-se do principal recurso metodológico a ser utilizado para o levantamento de dados primários: aplicação de questionários junto aos órgãos e gestores municipais, coleta junto a órgãos de governo e/ou privados e, também, por medição e observação.

4.2.2 A aplicação de questionários *in-loco* constitui-se em um tipo de abordagem bem estabelecida e cientificamente respeitada, na medida em que permite maior comprometimento do respondente e, tratando-se de dados quantitativos e qualitativos, maior acurácia nas medições e registros.

4.2.3 Outro requisito, não menos importante, trata da persistência dos dados inseridos nos dispositivos móveis. A dimensão territorial das áreas de pesquisa de campo não permite conexão com *internet* em tempo integral. Por isto, os dados têm que ter garantias de persistência nos dispositivos de coleta.

4.3 Produto 2 - aplicativo de coleta *online*

4.3.1 Simultaneamente à aplicação em campo, o SIATD deve permitir a entrada de dados também via *Web* no mesmo destino de agregação (*database*). O sistema deverá possuir recursos para harmonizar e complementar os registros com dados secundários e com arquivos anexos complementares. As informações serão coletadas a partir de diferentes fontes para os mesmos e/ou para diferentes repositórios de armazenamento. Na prática, isto significa que o mesmo formulário em uso no dispositivo móvel pode ser alimentado simultaneamente via *web*, por dispositivos fixos.

4.4 Produto 3 - servidor de agregação *online*:

4.4.1 O sistema deve dar conta de agregar a informação em uma estrutura unificada, segura e coesa, que permita aos gestores do SIATD e/ou do Projeto, lançar mão de forma instrumental, e pré-determinada e formatada, de qualquer parte ou fragmento do conjunto. Da mesma forma, o SIATD deve prever a oferta de atualizações remotas de formulários durante o processo de coleta de informações em campo ou gabinetes. São recursos que permitem tanto ao pesquisador de campo como ao pessoal de gabinete(s) receber remotamente novos modelos de formulários.

4.4.2 A empresa contratada deve prever o uso de serviços particulares para hospedagem e armazenamento de dados. A exportação de parte do banco de dados, ou do todo, a partir desses serviços web, poderá ser requerida periodicamente pelo Projeto, em formatos estruturados, para uso em ambientes (servidores) acadêmicos e/ou governamentais.

4.5 Produto 4 - aplicativo *desktop/web*

4.5.1 A empresa contratada deve desenvolver uma camada *software* aplicativo do tipo cliente. Trata-se da interface amigável para consulta e uso por parte de pesquisadores e gestores com diferentes níveis de acesso. Relatórios também devem ser geridos nesta camada de aplicação como, por exemplo, relatórios de diagnósticos por questionário aplicado, relatório por etapa do processo de produção no campo, relatórios mensais simplificados do andamento das atividades e demais relatórios específicos e programáticos;

4.5.2 O aplicativo deve fornecer acesso restrito para gestão e acompanhamento dos dados coletados - consultas, recuperação, e atualização – com controle de registros individuais ou em grupos indexados e documentos. O aplicativo deve rodar em ambientes tradicionais *Windows* e *MacOS*, considerando também a

compatibilidade com os atuais navegadores *web* e *tablets*. O acesso deverá ser restrito a um número limitado de usuários simultâneos e com diferentes níveis de acesso.

4.5.3 Outra função do aplicativo deverá atender à necessidade de complementação posterior dos dados, tanto aqueles capturados *in-loco* como os trabalhados em gabinete. Trata-se da recuperação e complementação de registros.

4.6 Produto 5 - site “sala de situação”

4.6.1 Complementando a camada de *software* aplicativo, a empresa contratada deverá montar e manter durante o projeto um *Web Site* com o objetivo de publicação, em tempo real, dos resultados do trabalho de campo. O *site*, de acesso restrito, deve possuir os seguintes componentes: Totalizadores e indicadores na forma de gráficos e *dashboards* interativos; Plotagem georreferenciada em mapas dos dados e informações coletadas por município e UF; Perfis de profissionais e equipes, cronogramas, e documentos gerais referentes ao Projeto, além da publicação de relatórios parciais e finais das etapas de campo do andamento das atividades.

CLÁUSULA QUINTA - DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1 A empresa contratada, além da tarefa de codificação e implementação dos questionários na forma eletrônica para utilização por pesquisadores e técnicos de campo e gabinete, deverá executar as seguintes atividades integradas:

5.1.1 Integração dos dados capturados, a partir de fontes primárias, com os dados das pesquisas em fontes secundárias oficiais;

5.1.2 Modelagem de base de dados e definição de plataformas e interfaces segundo estruturas de linguagens de programação e repositório de dados;



5.1.3 Tratamento e sequenciamento de formulários e questões a serem aplicados com uso de dispositivos fixos e móveis independentes, autônomos e sincronizados;

5.1.4 Aplicação de interfaces gráficas para acompanhamento do trabalho de coleta e dos resultados obtidos, com diferentes níveis de acesso por diferentes usuários;

5.1.5 Extração de dados brutos e arquivos de tabulação com vistas à análise estatística por terceiros, estruturação e composição de relatórios e outras destinações;

5.1.6 Utilizar recursos para geração de dados de localização georreferenciada dos dados coletados em campo;

5.1.7 Utilizar recursos de auditoria de duração das aplicações e dos intervalos de uso dos questionários em campo, bem como dos materiais relacionados ao suporte por meio da plataforma web;

5.1.8 Previsão de protótipos e execução de adequações e/ou atualizações de formulários e interfaces em uso;

5.1.9 Treinamento e suporte aos pesquisadores de campo e pessoal técnico de gabinete;

5.1.10 Documentação dos processos e sistemas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogada a critério da FEC,

mantendo-se os valores contratados originariamente, mediante termo aditivo, até o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FONTE DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrente da presente Seleção Pública, correrão à conta dos recursos consignados do Projeto FEC nº 3575.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

| ID | Produtos/ Serviços | 5 meses | 2 meses | 5 meses |
|----|---|--------------------|----------------------|---------------------|
| 1 | Produto 1, 2, 3, 4, 5 Desenvolvimento da solução | 50% (10% / mês) | | |
| 2 | Implementação, manutenção e suporte para UF piloto | | 25% (12,4% / mês) | |
| 3 | Implementação, manutenção e suporte por UF adicional | | | 25% (5% por mês) |

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1 O valor global do presente Contrato importa em R\$ XXXXXXXXXXXX (por extenso), inclusos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento de seu objeto, conforme proposta de preços anexa;

9.2 A contratada declara que os preços propostos compreendem todos os custos, encargos e despesas decorrentes, direta ou indiretamente e os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas decorrentes da contratação dos funcionários que prestarão os serviços, não podendo pleitear outros valores, seja a que título for para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

10.1 Os serviços serão iniciados a contar da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela FEC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento dos serviços executados será realizado até o 15º (décimo quinto) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o cronograma-físico financeiro, apresentado pela CONTRATADA.

11.2 Para que o pagamento seja efetuado deve ser apresentada nota fiscal/fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada pelo fiscal designado pela **FEC**, de acordo com as condições estabelecidas na **CLÁUSULA NONA - DO PREÇO** deste Instrumento, cumpridas todas as exigências contratuais, na forma abaixo:

a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo circunstanciado, emitido pelo fiscal da **FEC** e, posteriormente, será emitido o termo de recebimento definitivo, no prazo de até 05 dias úteis a contar do recebimento da (s) nota (s) fiscal (ais)/fatura (s).

b) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento Contratual e proposta de preços, com os quantitativos efetivamente entregues, e, devidamente atestada pelo fiscal designado pela **FEC**.

c) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deverá (ao) ser emitida (s) em nome da Fundação Euclides da Cunha - **FEC**, endereço da Rua Miguel de Frias, 123 - Parte, Icaraí – Niterói/RJ, CNPJ nº 03.438.229/0001-09.

d) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deve (m) ser entregue (s) seguinte endereço: Rua Miguel de Frias, 123 - Parte, Icaraí – Niterói/RJ/Gerência de Suprimentos.



11.3 O pagamento dependerá da real prestação do serviço, podendo haver variação entre a quantidade efetivamente prestada e a quantidade estimada, constante das partes integrantes deste Instrumento.

11.3.1 Possíveis mudanças no escopo, conforme descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, serão avaliadas e poderão ocorrer apenas com o consentimento da **FEC** e da **CONTRATADA**, mediante termo aditivo.

11.4 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante atesto da (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s), correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

11.5 Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

11.6 O pagamento será adequado ao atendimento das metas na execução do serviço, com base no escopo descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** neste Contrato.

11.7 O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária contra qualquer instituição indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.8 Havendo identificação na nota (s) fiscal (s)/fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à **CONTRATADA** e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da data da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida e atestada pelo fiscal.

11.9 A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deverá (ão) mencionar o número deste Contrato e conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados.

11.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA** ou inadimplência contratual, inclusive.

11.10.1 A **FEC** descontará dos pagamentos devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

11.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da **FEC**, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida no subitem 11.1 até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

11.11.1 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior competente da **FEC**, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, consoante o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93 combinado com o disposto no Decreto Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86.

a) A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do instrumento deste Contrato.

12.2 A garantia deverá ser apresentada em uma das seguintes modalidades, previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93:

a) Caução em Dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro Garantia.

c) Fiança Bancária.

12.3 No caso da **CONTRATADA** optar pela apresentação de garantia sob a forma de caução em dinheiro, deverá fazê-lo por meio de depósito caucionado na Caixa Econômica Federal, em conformidade com o disposto no artigo 1º do Decreto Lei nº 1.737/79.

12.4 A **CONTRATADA** que optar pela apresentação de garantia por meio de Carta de Fiança Bancária, deverá fazer expressar nesse instrumento, a renúncia do fiador aos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 da Lei nº 10.406/02 (Novo Código Civil).

12.5 A garantia deverá ter o seu valor proporcionalmente complementado, quando ocorrer modificação no valor total do Contrato ou quando ocorrer sua utilização para cobertura de eventuais multas aplicadas.



12.6 A **FEC** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de seu preposto, ou, ainda, para aplicação de multas, depois de esgotado o prazo recursal.

12.7 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a restabelecer o valor real da garantia, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que para tanto for notificada pela **FEC**.

12.8 O valor da garantia será retido integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, ou reparação por perdas e danos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.9 O valor da garantia será liberado pela **FEC**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do término do Contrato, se cumpridas todas as obrigações devidas pela **CONTRATADA**, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos que tenham sido causados a **FEC** na execução do objeto contratado, respeitando-se o disposto sobre o assunto no Decreto-Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Além de cumprir rigorosamente as normas e obrigações constantes deste Contrato e os demais instrumentos que o integram, respeitando os prazos acordados e de acordo com as normas e diretrizes da **FEC** e da legislação pertinente, caberão à **CONTRATADA** as seguintes obrigações:

a) Instituir um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com a **FEC** na realização dos serviços contratados e outros assuntos correlatos ao objeto deste Contrato;



- b)** Adotar todos os critérios de segurança para a realização dos serviços, observando rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho, e tomar as providências caso ocorra algum sinistro com os seus funcionários no desempenho das atividades;

- c)** Dispor de quadro de pessoal suficiente para atendimento ininterrupto dos serviços seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e outros análogos;

- d)** Atender prontamente a toda reclamação que porventura ocorra, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;

- e)** Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que se verifique na execução dos serviços;

- f)** Indenizar qualquer prejuízo causado à FEC, em decorrência da execução em parte do Contrato, bem como de sua inexecução, por seus empregados ou prepostos, reparando os danos causados;

- g)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FEC em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar da data da solicitação da FEC;

- h)** Reconhecer os fiscais designados pela FEC e pela UFF para fiscalizar a prestação dos serviços contratados, atendendo as reclamações formuladas;

- i)** Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;



j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais oriundos do Contrato, bem como de possíveis demandas: trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

k) Arcar com todas as obrigações fiscais, sociais e previdenciárias dos seus empregados, e da empresa, como também taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a FEC;

l) Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do Contrato, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas em sua execução;

m) Respeitar todas as especificações da proposta comercial integrante deste Contrato;

n) Não fazer uso das informações prestadas pela FEC, salvo em absoluto cumprimento do Contrato em questão.

13.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da contratada deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.3 Caso seja detectado problema de funcionamento do serviço cuja origem esteja fora do escopo do objeto contratado, a contratada repassará as informações técnicas, com a devida análise fundamentada, que comprovem o fato para a FEC, sem qualquer ônus para esta.

13.4 A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratada ensejará responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências das demais esferas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA FEC

14.1 Nomear um funcionário, a ser denominado fiscal do Contrato, para o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, a qual consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato.

14.2 Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

14.3 Proceder à aplicação das sanções contratuais e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste Contrato.

14.4 Comunicar à **CONTRATADA**, toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço.

14.5 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA** bem como mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Seleção Pública nº 008/2015.

14.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

14.7 Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a realização do serviço, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos pactuados.

14.8 Verificar a regularidade da situação fiscal da contratada, antes de efetuar cada pagamento devido.



14.9 Proporcionar todos os meios para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas.

14.10 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da **FEC** deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

14.11 A inadimplência por parte da **CONTRATADA**, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento a **FEC**, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **FEC**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

15.1.1 Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.

15.1.2 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.

15.1.3 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

15.2 O fiscal do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.3 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste



Instrumento Contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

15.4 Caberá ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

- b) Assegurar-se pela boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

- c) Observar, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições pactuadas.

- d) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

- e) Recusar o pagamento dos serviços que não forem prestados de acordo com o contratado.

- f) Documentar as ocorrências havidas, fiscalizando o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quando da interrupção da prestação dos serviços.

- g) Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções ou possíveis alterações.

15.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada sem prejuízo das demais ações que objetivem o perfeito cumprimento do Contrato e aplicação das sanções cabíveis.

15.5.1 O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para sua execução com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do Contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheias ao seu controle.

15.5.2 O fiscal do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade de sua execução à qualidade exigida.

15.6 A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados a **FEC** ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da **FEC** ou de seus agentes e prepostos.

15.7 Caberá a **FEC** notificar, por escrito, a **CONTRATADA** as ocorrências, observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente.

16.2 A aplicação da multa de mora estabelecida no subitem anterior não impede que a **FEC** rescinda unilateralmente o Contrato e/ou aplique as sanções previstas no **subitem 16.3**, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **FEC**, poderá, garantida a prévia defesa, rescindi-lo e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

- a) Advertência.

- b) Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até no máximo de 4,2% (quatro vírgula dois por cento), calculada sobre o valor do Contrato, considerando a data da notificação, até que seja sanada a irregularidade.

- c) Multa de 10%, calculada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

- d) Suspensão temporária do direito de participar de Seleções Públicas e contratar com a **FEC**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, na ocorrência das hipóteses prevista na legislação vigente;

- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a **FEC**, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **FEC** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.

16.4 As sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do subitem **16.3**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades deste mesmo subitem.

16.5 As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do subitem **16.3**, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da Autoridade Competente da **FEC** e apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATADA** for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.

16.6 As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do subitem **16.3**, poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** que, na execução do Contrato:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

- b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da contratação.

- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **FEC**, em virtude de atos ilícitos praticados.

16.7 A multa prevista no subitem **16.1** também deverá ser aplicada quando houver a aplicação de 03 (três) advertências, com percentual de mais 0,5% (cinco décimo por cento) do valor do Contrato, além do estabelecido no subitem **16.1**.

16.8 A advertência prevista no subitem **16.3** também será aplicada nos casos em que a execução contratual não se der de acordo com o recomendado pelo funcionário responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, ou deixar de ser feito.

16.9 O não cumprimento de qualquer obrigação assumida, enseja as sanções descritas.

16.10 A **FEC** formalizará comunicado à **CONTRATADA** sobre as sanções aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a



FEC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a data de recebimento da comunicação por parte do fiscal do Contrato.

16.11 Será de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

16.12 Obriga-se também a **CONTRATADA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

16.13 O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.

16.13.1 No caso de atraso no recolhimento das multas, deverá ser procedida a atualização do seu valor, mediante uso da fórmula apresentada na condição do subitem 11.11.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 A inexecução total ou parcial do Contrato, enseja a sua rescisão.

17.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da **FEC**, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação formal, período em que a **CONTRATADA** poderá exercer o contraditório e sua defesa relativamente à rescisão contratual.

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração da **FEC**, reduzida a termo de processo administrativo.

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

17.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da **FEC**.

17.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.5 Constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos.
- b) Atraso injustificado no início da execução contratual.
- c) O desatendimento das determinações regulares do funcionário da **FEC** designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.
- e) A dissolução da sociedade da **CONTRATADA**.

- f) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato Administrativo.
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **FEC** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato.
- h) A suspensão da execução dos serviços, por ordem escrita da **FEC**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**,

nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

i) O atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **FEC** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

k) Lentidão do seu cumprimento, levando a **FEC** comprovar a impossibilidade da perfeita execução contratual, nos prazos estipulados.

l) Paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação à **FEC**.

m) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como à fusão, cisão ou incorporação, não admitidos neste Contrato.

17.6 A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **FEC**, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Instrumento e em Lei, até a completa indenização dos danos.

17.7 A **FEC** poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, mediante comunicação por escrito, no caso de ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº 8.666/93, não cabendo à **CONTRATADA** o direito de qualquer ação ou reclamação com base em prejuízos ou lucros cessantes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos futuros decorrentes deste Contrato, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da **FEC**.



18.2 Não valerá, como precedente ou novação, ou ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o presente Contrato asseguram a **FEC**, a tolerância, de sua parte, de eventuais infrações, cometidas pela **CONTRATADA**, à cláusula e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 O Foro do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Para firmeza e por estarem, assim, justos e acordados, é firmado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes, juntamente com duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Niterói, ____ de _____ de 2015.

PELA FEC

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

RG:

CPF:

NOME:

RG:

CPF:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A
empresa _____
, CNPJ _____, por seu representante legal, que esta assina,
credencia como seu representante o(a) Senhor(a)
_____ Portador(a) do CPF nº _____
e Identidade nº _____ a quem confere amplos e especiais poderes
para fins e efeitos da Seleção Pública nº 008/2015, podendo o mesmo interpor
recursos, renunciar o direito de recorrer, protestar, assinar documentos, entre eles as
atas das sessões públicas de abertura e julgamento da Seleção Pública e tudo mais que
se fizer necessário ao perfeito e fiel cumprimento deste mandato.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

DECLARAMOS, para todos os efeitos legais, que ao apresentar uma proposta, com preços e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas para esta Seleção Pública, às quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR TRABALHANDO EM
CONDIÇÕES PERIGOSAS, INSALUBRE OU NOTURNA.**

DECLARAMOS, que não estamos impedidos de contratar com a Administração Pública, nem suspensos de participar da Seleção Pública.

DECLARAMOS, também, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei n.º 8.666/93 e da Lei 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (Nome da empresa) _____, CNPJ nº
_____, sediada (endereço
completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que
até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente
seleção pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

**ANEXO VII
PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Fundação Euclides da Cunha - FEC

Prezados Senhores,

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as normas específicas do Termo de Referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de _____, para atender a Fundação Euclides da Cunha – FEC.

Propomos, sob nossa integral responsabilidade, prestar os serviços na forma prevista na Seleção Pública e seus anexos. Pelo valor total de R\$ _____ (*valor por extenso*).

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

Eu, _____, RG nº _____ emitido pelo _____ e CPF nº _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ _____, para fins do disposto no item _____ da Seleção Pública _____/_____, declara, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa _____, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 008/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 008/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 008/2015 quanto a participar ou não da referida Seleção
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 008/2015 antes da adjudicação do objeto da referida Seleção;



- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Fundação Euclides da Cunha – **FEC** antes da abertura oficial das propostas, e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 008/2015

PROCESSO Nº 168474-1

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

(razão social da empresa)

inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal, o (a)
Sr.(a) _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada:

() Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

() Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses
descritas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006.

Niterói ____ de _____ de 2015

Assinatura

Nome (legível):

RG: